

Do pensamento de Alfredo Pimenta

I

Dizer que o autor de «Em Defesa da Portugalidade» está actualmente esquecido por todos é de certo um exagero flagrante.

O que é mais exacto afirmar-se é que grande número de pessoas, mesmo os que se proclamam seus admiradores, possuem dele uma imagem ou falseada ou pelo menos estranhamente simplificada.

Uns — à direita — vêem-no apenas como um louvável mas truculento polemista do extremismo nacionalista que se dedicou, simultaneamente, à tarefa um tanto estranha de acumular saber e mais saber. Outros — na esquerda — acham-no e proclamam-no um faccioso rábido, quase sem sombra de talento, que arvorava espalhafatosamente uma erudição que não possuía e se gabava de uma coerência artificial e impossível, dadas as suas manifestas e radicais mudanças de posição.

É incontestável que Alfredo Pimenta foi um polemista e um grande polemista; simplesmente foi um polemista cujos mais destacados combates se travaram no plano das ideias, constituindo até por vezes lutas em defesa de uma determinada concepção do mundo.

Em muitas das principais polémicas de Alfredo Pimenta, o que estava em jogo ou em causa, de modo mais directo ou indirecto, eram certas crenças e doutrinas que ele sustentava serem o resultado de um desenvolvimento harmonioso do seu espírito, desde a juventude, e que os inimigos garantiam não passarem de produtos arbitrários (se não interesseiros) de uma série de cataclismos e saltos mentais em que haveria de tudo menos uma lógica interna aceitável.

Ora quem tem razão neste particular? O próprio Alfredo Pimenta ou os seus adversários?

À primeira vista são estes últimos que parecem, facilmente, vitoriosos. Pois não é certo que Alfredo Pimenta começou por

ser anarquista, influenciado primeiro por Kropotkine, Jean Grave, Malato, Bakounine, e outros e, principalmente, por Stirner e Nietzsche, passando, depois, por um período de republicanismo conservador marcado altamente pelo positivismo de Comte e acabando transformado num monárquico fervoroso, de inclinações tão fascizantes que chegou a escrever: «nunca fui feixista no sentido próprio do termo. Mas encontrei-me com o Feixismo em tantas e tantas coisas positivas e críticas que repito, não sendo feixista não sei bem o que mais será preciso para que o fôsse».

Não é óbvio, contudo, que os anarquismos de Stirner e Nietzsche estão nos antípodas do sociocratismo de Augusto Comte e que república e monarquia autoritária se encontram separadas por um abismo?

Como, pois, dar crédito às pretensões de Alfredo Pimenta de permanência na evolução?

Reparemos, contudo, no seguinte: o anarquismo de Stirner baseia-se na apologia do Eu único, por assim dizer, situado acima de tudo o resto, ao passo que o de Nietzsche assenta na noção de *Übermensch*, que expressa a vontade mais enérgica, mais potente, mais dominadora, a vontade suprema em suma. Não estamos aqui, portanto, perante uma exaltação do homem em geral, das pessoas humanas enquanto tais, cada uma delas merecendo, devido à sua intrínseca dignidade, uma autonomia e uma liberdade incompatíveis com as limitações que decorrem da existência do Estado. Não! Um anarquismo deste género, humanista e igualitário, numa palavra, o anarquismo bem fundamentado, não se encontra em Stirner e Nietzsche. Neles deparamos, em vez de uma valorização do homem em geral, com a apologia do que podemos classificar de um tipo específico de homem, o homem superior. E desde que se reconheça, consoante o raciocínio correcto o parece impôr, que o indivíduo singular, necessariamente condicionado e limitado pelos outros indivíduos singulares, jamais será nada de único, uma vez que é um elemento de uma pluralidade, nem nunca se identificará com a vontade suprema, porque face a si depara com vontades semelhantes, a conclusão a tirar é que o Único, a Vontade suprema não podem localizar-se num ente particular que, por definição, esbarra com toda a espécie de barreiras e peias. O Único apenas poderá ser o que estiver para além da multiplicidade e fôr ele só; a Vontade suprema terá de estar num plano para além de toda a diversidade de vontade equiparáveis.

Numa palavra: o único autêntico será o ente que contiver

em si, ultrapassando-a, qualquer multiplicidade; a vontade suprema genuína, será a vontade que englobe em si as vontades diversas que, acaso, se lhe contrapuzessem. Só que num caso ou noutro o Único e a Vontade suprema se transformam em realidades colectivas, sociais, porque reúnem e associam os elementos múltiplos, as vontades dispersas.

Nessa medida o trânsito do único e da vontade suprema para a noção de Humanidade como a entende Comte, isto é uma totalidade que ultrapassa no espaço e no tempo a pluralidade dos seus membros individuais, surge em toda a sua evidência e clareza. Concebe-se, de facto, que a Humanidade seja o único, visto nada possuir de paralelo, que seja a vontade suprema, por nada ter de equivalente; o que não se concebe é que uma vontade entre muitas, uma personalidade entre muitas, possa ser a Vontade suprema ou o Único.

O anarquismo, porém, só é admissível como libertação do querer humano, do homem em geral. Cada um deverá ser livre e autárquico, não apenas um ser, chame-se Único ou Vontade suprema. O primado de qualquer desses seres, ambos para mais, de essência, de índole comunitária, significa a submissão da liberdade dos vários indivíduos ou seja a destruição da mesma. Em vez de todos serem livres — anarquismo a valer — todos estarão submetidos a uma espécie de Leviafãs que os absorve.

Pode, por conseguinte, sustentar-se, sem receio de erro, que o anarquismo de Stirner e Nietzsche é um equívoco, equívoco de que em certa medida o último destes filósofos se apercebeu, pois, nesta ou naquela passagem, esse inimigo do Estado, que o classificava qual o mais frio dos monstros, procede ao elogio do Estado e dos nacionalismos em que vê encarnadas a vontade de potência.

Equívoco de que Alfredo Pimenta, igualmente, veio a tomar consciência ao passar a atribuir à Humanidade, à Sociedade, em sentido comteano, aquele carácter de Querer único e máximo que para Stirner e Nietzsche representava o valor mais alto e erradamente colocavam sob o signo do anarquismo.

Alfredo Pimenta, quando abandonou o libertarismo enganosamente ensinado por Stirner e Nietzsche e optou pelo sociocratismo de Comte, manteve o substractum das suas teses axiológicas iniciais, só que lhe deu mais adequada forma.

Não foi apenas, todavia, no plano axiológico que ele se man-

teve fiel ao núcleo básico das doutrinas que começou, em novo, a perfilhar. Foi, também, no plano gnoseológico.

Que proclamavam Stirner e, sobretudo, Nietzsche neste domínio? Que as teorias, os sistemas, as concepções intelectuais nada valiam em si nem coisa alguma possuíam de absoluto; que a única coisa sólida de que nos aproximamos são os fenómenos, as aparências deste mundo; que a verdade é o que serve a vida e, unicamente, isso.

E, em Comte, o que Alfredo Pimenta veio a encontrar, através de um anti-metafisicismo inegável e duma «Synthèse subjective», não foi senão uma ordenação mais bem elaborada e mais firme do relativismo e do vitalismo bebidos já em Stirner e especialmente em Nietzsche.

É curioso notar que, na sua leitura do positivismo, ele permaneceu bastante ligado a Nietzsche e ao seu desprezo pelo pensamento teórico. Em Comte, mesmo na segunda fase, em que as ciências eram hierarquizadas e dirigidas em função da Humanidade, não deixavam estas de ocupar lugar de relevo como conhecimento rigoroso das leis dos fenómenos, embora obviamente não pudessem ter a pretensão de atingir o ser em si.

Alfredo Pimenta, pela sua parte, tem muito maior desconfiança face às ciências que na sua opinião, repetindo Poincaré, não passam de conjuntos de hipóteses cómodas. Por certo, os fenómenos, os factos existem, mas a sua tradução em termos gnoseológicos precisos é de uma dificuldade extrema, pois implica já uma interpretação. O máximo de segurança alcançar-se-ia — sempre na perspectiva de nada se alcançar de absoluto — se conseguíssemos afastar todas as interpretações possíveis e se pudessemos como que reproduzir, na sua nudez, os factos e fenómenos. Quer dizer que, na melhor das hipóteses, a ciência deixaria, ao fim e ao cabo, de ser estritamente ciência para se tornar pura erudição. E foi esse o rumo que Alfredo Pimenta tomou, particularmente no domínio da história, que desejava tanto quanto possível se limitasse ao puro documento, num cepticismo e num afastamento cada vez maior do que se pode chamar de conhecimento científico.

Para Alfredo Pimenta, repetindo e aprofundando o que Nietzsche lhe ensinara e Comte, numa medida restrita, lhe confirmara, as verdades são, sem excepção, relativas, mutáveis, falíveis, coisa alguma valendo em si. O lema de Sexto Empírico — aliás autor alvo de forte estima por parte do pensador de *Ecce Homo* —

«a toda a razão se pode opor uma razão contrária», passou a ser cada vez mais um lema dominador do intelecto de Alfredo Pimenta.

Isto no plano teorético, gnozeológico, cognoscitivo. Porque, segundo ele, a vida não sendo puro saber ou conhecimento — o que a dissolveria em interminas controvérsias dialécticas e acabaria por transformá-la em hesitação, incerteza, abstenção de qualquer escolha, e, portanto, em última análise, inacção e morte — necessita, no entanto, do estímulo de convicções, de uma fé, de ideias assentes. Há, assim, que proclamar verdades e pugnar por elas, não pelo que intrinsecamente valham mas para pôr em acto a existência. Exige-se, portanto, uma verdade «minha» que é sinónimo da afirmação do meu querer, da minha vida, da minha recusa do nada. Simplesmente aqui o sociocratismo de Comte surge em pleno (acentuando-se sempre que para este último, igualmente, o saber, só como saber, independentemente da sua utilidade humana, não tem legitimidade), e a minha verdade não é reduzida a uma verdade estritamente subjectiva, solipsista, oposta à verdade dos outros. No entender de Alfredo Pimenta a vida não era um conflito de egoísmos que se anulassem reciprocamente; ela era, apenas, imaginável, pelo menos como vida plena e não mutilada, sob o signo da fusão de esforços, da unidade, do domínio do interesse geral ou comum. As verdades têm, pois, de ser verdades nacionais, patrióticas. Uma verdade minha, que não seja manifestação de um egotismo destrambelhado, que tenha conteúdo benéfico, é a verdade minha que assenta na base da pátria, da comunidade nacional. Nesta acentuação da preeminência do universal, do bem do todo, a presença dos ensinamentos de Augusto Comte é perfeitamente palpável.

Sublinhe-se, todavia, que, se a acção, a vida, não se concebem senão sob o signo do comum, da colectividade (não do colectivo que é massa amorfa) que é totalidade diferenciada, fluindo na história, isto significa que elas *são*, unicamente obedecendo a certas exigências estruturais — as que definem essa subsistência e permanência do «em comum», da colectividade. E é patente que as noções que exprimam tais exigências, que constituam uma como que emanção do ser das sociedades, traduzindo uma quase que experiência imediata, não é possível deixar de as considerar, também, verdades, verdades práticas sempre, que não verdades rigorosamente teoréticas, em que acreditar seria prova de insensatez.

É que o pensamento de Alfredo Pimenta move-se dentro de uma distinção muito nítida entre o plano especulativo e o da praxis,

o plano prático, estabelecendo uma subordinação bem clara do primeiro ao segundo.

Do ponto de vista especulativo, não há autenticamente verdade nenhuma. Mas do ponto de vista prático há o que podemos denominar de verdades, as verdades da vida, da acção, dentre as quais é possível distinguir duas espécies: as verdades que são reflexo da própria acção, da própria vida, verdades directas, um tanto intuitivas, consagradas pelos tempos, que são a própria voz da realidade no seu efectuar-se, e as verdades de pretensão sapiencial, que são as mais úteis e eficazes para a prática, servindo-lhe de força inspiradora, de incentivo e que, exclusivamente, nesse papel merecem ser propagadas e difundidas.

Sem dúvida, às vezes, Alfredo Pimenta ainda falava na ciência para provar a validez de regimes e ordenamentos constitucionais e não é errado supor que na fase de maior influxo do positivismo ele admitisse que a ciência *strictu sensu*, com as suas hipóteses cómodas, conseguisse ir exprimindo, cognoscitiva e probatoriamente, o tecido anatómico da actividade vital de nações e povos. Simplesmente, mais tarde, numa fase de maior amadurecimento, a ciência torna-se para ele simples sinónimo da experiência concreta historica, como que espontânea, provinda directamente do agir; experiência que já pouco ou nada tem a ver com aquilo que as ciências classificam como tal.

Também alude Alfredo Pimenta em certas alturas à superioridade, em teoria, de determinados sistemas políticos. É manifesta que a teoria, para ele, nessas ocasiões, é tão só a teoria que emana da que reflecte a prática, não estando portanto a contradizer-se a si mesma.

A teoria o que representa é patentemente a verdade da vida, da acção e nada mais.

Por último Alfredo Pimenta, intérprete da filosofia em determinadas ocasiões, diz, esta ou aquela vez, que se apoia na filosofia, nos ensinamentos da filosofia.

Neste particular, igualmente são fáceis de evitar os equívocos. Quando usa o termo filosofia ou o faz em sentido lato enquanto sinónimo de mera reflexão, doutrina, concepção, atribuindo-lhe ao fim e ao cabo conteúdo análogo ao de teoria; ou em sentido rigoroso e então confia-lhe exclusivamente uma tarefa de auto-destruição, céptica, de esclarecimento da fabilidade, pequenez, imperfeição radical do nosso conhecimento.

Inútil acrescentar que, segundo Alfredo Pimenta, vida, acção,

comunidade política, etc., se não se confundem com o nada radical que é a abstenção, a inércia, a dispersão caótica, a atomização total, movem-se, ainda, no plano do relativo. Ora ele tinha plena consciência que o relativo é tudo quanto há de menos firme e duradouro. Assim, só o Absoluto o satisfazia. No entanto a tendência do seu intellecto não era para absolutizar o relativo, antes para separar extremamente Absoluto e relativo. De que maneira, porém, alcançar o Absoluto, se a razão humana, o pensamento humano, estão, por assim dizer, de relações cortadas com a Verdade em si?

A necessidade de deparar, enfim, com algo de sólido, de estável, levava Alfredo Pimenta a aspirar ao Absoluto. Contudo, não era no domínio do relativo que via qualquer traço ou via que permitisse elevar-se até ao Absoluto. Restava-lhe, assim, aceitar a própria manifestação do Absoluto ao relativo como Revelação através da Fé.

O cepticismo conduziu-o, um tanto à semelhança de Pascal, ao Catolicismo mais rígido e intransigente. O Deus dos filósofos não cria nele, nem o conhecia. Apenas, o Deus de Isaac, Abraão e Jacob lhe interessava. Deus que ensinava por intermédia da Igreja, cujas palavras havia que acatar sem sofismas, em quanto dissesse respeito ao dogma e aos costumes.

Em Deus, no Deus católico, conforme era definido eclesialmente, é que estava a justificação de tudo e tudo se fundamentava. E se Deus se torna presente na Igreja, Alfredo Pimenta, com perfeita lógica, entendia que o governo dos homens devia pertencer a esta e proclamava-se, em tese, a favor da teocracia. Para ele só havia um critério radical e definitivo de legitimar o Poder político — Deus e os ditames divinos, consoante a Autoridade religiosa os formulava. E tendo uma compreensão bem nítida e bem sólida de que no respeitante à legitimidade só pode haver critérios exclusivos — não se concebem critérios de legitimidade diferentes sobrepostos uns aos outros — ele sustentou que a democracia era perfeitamente incompatível com o Catolicismo. Com efeito, se a vontade do povo — entendido este como um conjunto de indivíduos que pode fazer isto ou aquilo — é que é a justificação do Poder, ipso facto a concepção católica está afastada e excluída. Pois não serão lícitas, democraticamente, as coisas que o povo quizer, independentemente de serem ordenadas ou proibidas por Deus?

Se passarmos a admitir que o povo tem o direito de fazer

apenas aquilo que Deus permite ou ordena, então que vale afirmar que se legitima o Poder por vontade do povo? Essa vontade é reduzida, afinal, à vontade de Deus e, uma vez que o povo e Deus não são a mesma coisa, afinal fica unicamente a vontade de Deus presente.

Tentaremos colocar ao lado da vontade de Deus a vontade do povo, enquanto segundo e subordinado critério de legitimidade?

Mas eis que voltamos ao começo. Ou o povo pode, ainda, fazer o que quiser em certos terrenos e sectores e, neles, por conseguinte, desrespeitar a vontade de Deus, ou o povo apenas pode fazer o que quiser dentro dos limites fixados por Deus e, nessa altura, o povo apenas faz o que lhe fôr consentido fazer e que pode variar de acordo com novas prescrições a que tenha de submeter-se.

Ora que espécie de legitimidade possui a vontade do povo se estiver perenemente submetida a determinações que não são postas por ela própria?

Por isso é que, conforme observa Alfredo Pimenta, a democracia limita-se a asseverar que o poder está no povo e nada mais, na clara percepção que acrescentar qualquer coisa a tal princípio é ameaçá-lo de destruição. Em todo o caso, para se admitir que há uma revelação do Absoluto é preciso ter a certeza que o Absoluto existe, que Deus existe. E será exclusivamente pela Fé que estaremos certos da existência de Deus? Essa é a questão do fideísmo em Alfredo Pimenta que originou até uma violenta polémica.

No entanto, por muita importância que dê à Fé, parece indiscutível que, no tocante à existência de Deus, não deixa de admitir um argumento de índole filosófica — precisamente o argumento que tantos pensadores neo-escolásticos rejeitam — o chamado argumento ontológico. Nada é possível elucidar de concreto quanto à maneira como Alfredo Pimenta aceitou tal argumento nem qual a interpretação que lhe dava, pois que a sua anunciada introdução ao *Proslogium* de Santo Anselmo, onde procuraria fazer «a demonstração do asserto» de que «o argumento de S. Anselmo é um grande argumento, é mesmo, talvez, o grande argumento», jamais chegou a vir à luz.

Há, numa crítica a João Ameal, uma ligeira referência a semelhante argumento deste teor: «porque esses mesmo na concepção da sua afirmativa» — que Deus é uma função do espírito humano — «pensam Deus; e pensá-lo é realizá-lo — pelo que o argumento

ontológico anselmiano, a despeito de todas as críticas, é invulnerável»).

A questão toda, porém, é em que consiste, para Alfredo Pimenta, pensar Deus? Será um pensar em que a Fé dá directa ou historicamente o principal contributo? Ou seja, será, um pouco à maneira de Karl Barth, de um conceito de Deus estabelecido com base na Revelação que se conseguiria deduzir a sua existência? Ou teria Alfredo Pimenta algum ponto de vista propriamente original no tocante ao problema?

Perdemos aqui em conjecturas que são perfeitamente inúteis, porque os textos não permitem atribuir-lhes qualquer fundamento sério.

Estabelecida a antítese entre democracia e Catolicismo, Alfredo Pimenta não deixa de considerar que a vida, a acção, corporizadas na comunidade política, devem ser ordenadas integralmente a Deus, ao Deus católico, claro, e não um Deus para todo o serviço que, encerrado na consciência individual, sancionasse as mais torpes posições que cada um desejasse assumir.

É-nos lícito sustentar, por conseguinte, que a inteligência de Alfredo Pimenta evoluiu e se desenrolou de modo coerente, com uma coerência interna indesmentível. O núcleo central das suas convicções foi-se desenvolvendo, ampliando, repelindo as formas extrínsecas que não se lhe adaptavam até chegar a conclusões últimas em que já se depara com uma harmonia perfeita entre conteúdo e forma.

E o que se nota sempre, ao longo do roteiro de Alfredo Pimenta, através do fluir da sua pesquisa interior, é uma grande influência dos mestres da sua juventude e das ideias dos primeiros tempos.

Presumivelmente, porém, objectar-nos-ão o seguinte: conceda-se que no que concerne aos princípios supremos «filosóficos» ou de Weltanschauung, como se quizer, Alfredo Pimenta seguiu um rumo mais ou menos linear: mas pode acaso afirmar-se o mesmo acerca de questões muito concretas, palpáveis, como, por exemplo, o repúdio da república e a adesão à monarquia autoritária? Não há, agora, um salto mortal que nada consegue disfarçar? Não é incontestável que monarquia autoritária e república não são realidades antinómicas, consoante o próprio Alfredo Pimenta, aliás, se fartou de repetir e ensinar?

Simplesmente, o facto de que Monarquia e república sejam coisas bem distintas e opostas não implica que Alfredo Pimenta tenha transposto um abismo interior e rompido com todo o seu pensamento antecedente. Isso poderia ter porventura sucedido,

mas também poderia ter sucedido o contrário se o seu republicanismo não passasse de uma confusão, de uma ilusão sentimental em conflito com os seus rumos axiológico-políticos fundamentais. De resto, não acontece que muitos dos que, hoje, se proclamam monárquicos, nada têm de monárquicos e são logicamente, porque democratas, republicanos? No dia em que se reconhecerem como tais, obviamente não estão a dar nenhum salto mortal nem a transpor nenhum abismo. Eles estarão, tão só, a assumir a única posição compatível com os seus ideais mais profundos — e é tudo.

Ora um fenómeno de índole análoga, embora de sentido inverso, se passou relativamente a Alfredo Pimenta. Defensor do primado da sociedade sobre o homem *ut singuli* da prática sobre o conhecimento especulativo, ao adoptar o sociocratismo comtiano estava a pôr as premissas básicas da edificação de um regime anti-liberal e anti-democrático, cuja conclusão era, sem sombra de dúvida, a Monarquia. Claro que, pouco a pouco, é que se foi libertando do ideário de 89 e tomando consciência da incompatibilidade deste com o seu culto da pátria, da ordem. Não é impunemente que se nasce numa certa época dominada por inteiro por uns tantos mitos e crenças.

Alfredo Pimenta, primeiro, começou por acentuar, progressivamente, o carácter conservador e hierárquico do seu republicanismo, mas sem nunca pensar em sair do âmbito do regime, pouco seduzido pelo constitucionalismo anterior a 1910, que confundia com a Realeza. Depois, a falência, cada vez mais visível do sistema político implantado a cinco de Outubro, culminada com a queda da tentativa honrada de Pimenta de Castro no sentido de imprimir directrizes ordeiras e dignas à república, acabou por convencer Alfredo Pimenta que, dentro desta última, já não havia salvação. E sem de maneira nenhuma pretender um regresso ao período anterior à revolução da Rotunda, com os seus ruinosos exemplos, veio ele muito naturalmente a converter-se à monarquia, mas à monarquia genuína, a monarquia tradicional.

Acusaram-no, então, de o ter feito para obter a herança de um tio padre (secção *diz-se* do jornal «O Mundo») ou de, já sendo monárquico, viver à custa da sua colaboração em jornais republicanos. Enfim, mais tarde, chegou-se à torpeza de invocar uma carta particular de 1908 ou 1909, em que Alfredo Pimenta tinha uma frase de desespero, a propósito da sua situação económica, para contestar a sinceridade da adesão à monarquia que teve lugar em Outubro de 1915. Inútil acrescentar que o tio padre falecera nos

inícios desse ano; que exactamente, ao invés do que lhe assacaram, já só colaborando em jornais monárquicos, ainda Alfredo Pimenta se proclamava republicano; que passar para o campo monárquico, depois do 14 de Maio triunfante, com os democráticos no Poder e o extremismo idolátrico da república no altar, se alguma coisa não podia traduzir era oportunismo e má-fé.

O desinteresse das atitudes de Alfredo Pimenta está, pois, acima de qualquer suspeita.

II

Católico, nacionalista, monárquico, Alfredo Pimenta encerrava o essencial das suas concepções no lema Deus, Pátria e Rei. E pode garantir-se que, durante a maior parte da sua existência, esteve ao serviço dessas três verdades pelas quais soube rudemente combater com a pena.

Como doutrinador monárquico, Alfredo Pimenta explicitou as certezas naturais práticas que este regime expressava. Após um período de relativa hesitação, em que ainda parecia admitir houvesse vários géneros de monarquia possível, ele veio a precisar, com inabalável clareza, que monarquia só havia uma — monarquia de poder pessoal do Rei, não passando a chamada monarquia liberal de uma república disfarçada. A monarquia era o governo de um só, em que o titular da soberania era o monarca, assistido por Côrtes consultivas orgânicamente estruturadas.

Não foi dos menores méritos de Alfredo Pimenta, nas épocas em que se procurou reiniciar uma série de confusionismos acerca da Realeza, renovando-se hybridismos como monarquia democrática e outros semelhantes, ter destacado sempre a verdadeira natureza da instituição monárquica contrapondo-a a quaisquer espécies de contrafacções.

Alfredo Pimenta mostrava-nos, simultaneamente, quais as indiscutíveis vantagens do governo de um só, transmitido hereditariamente e que era este totalmente incompatível com outras formas de governo que, mantendo ficticiamente o nome de monarquia, lhe adulterassem a substância.

Por entre os delírios ideológicos do nosso tempo, ele foi um dos poucos espíritos que soube manter a clareza de visão e coerência intelectual no que concerne a essência do regime monárquico.

Evidentemente que este, no seu entender, se fundava no interesse nacional porque toda a sua superioridade, enquanto poder

uno, só se compreende face à necessidade de conservar, manter e fazer progredir a unidade da nação.

E, graças à transmissão hereditária desse poder *uno*, a nação constitui como que o património de determinada família, quase se confundindo assim o bem próprio do governante com o da totalidade social a que pertence e que dirige.

O interesse nacional, portanto, identifica-se praticamente com a monarquia equivalendo isso a reconhecer-se o princípio célebre do «*politique d'abord*» que Alfredo Pimenta perfilhou expressamente, defendendo-o contra as críticas dos adeptos do primado do social — expressão vaga em que tudo cabe — e outras também perfeitamente incompreensivas e sofisticadas.

Mas o interesse nacional não se fica por aqui, no que respeita às exigências que postula. Pois se a nação é una, o interesse nacional impõe que esses factores de divisão, que são os partidos, não obtenham reconhecimento legal e se procure, o mais possível, obter a sua desapareição.

Talvez não seja possível evitar a existência de partidos, tal como não é possível evitar a existência de associações de malfetores (as autênticas, e não as criadas pela torpe imaginação do Sr. Salgado Zenha). Mas quem não acharia extravagância pouco recomendável o reconhecimento legal destas, pelo simples motivo que é possível suprimi-las de uma vez para sempre? E porque se não deve raciocinar do mesmo modo acerca dos partidos?

Por outro lado, se o interesse nacional não se concebe sem uma série de concepções, convicções, verdades unificadoras, isso implica que elas não sejam destruídas e aniquiladas pelo ácido corrosivo da crítica, pelo menos enquanto não forem substituídas por outras que desempenhem, de maneira mais vantajosa ainda, idênticas funções. Quer isto dizer, segundo Alfredo Pimenta, que a chamada liberdade de opinião e de pensamento não passa de um perigoso instrumento de demolição da coesão da sociedade nacional e, por conseguinte, deve ser cuidadosamente controlada e vigiada, nada havendo a opor à instituição de uma censura feita a sério e com inteligência e oportunidade, quando ela se tornar necessária (dessa necessidade, é óbvio que só ao Poder legítimo compete decidir e a mais ninguém).

Aliás, havendo, também, no domínio religioso uma série de verdades — essas indestrutíveis — que não sofrem contestação, por provirem de Deus, como consentir que possam ser objecto de contestações, de controvérsias sofisticadas, etc.? Em consequência, desse

ponto de vista, a liberdade de opinião e de pensamento é, igualmente, de repelir e ainda com maior intensidade.

E dado que, para a nação mesma, o imperativo de servir a Deus é imperativo categórico, o poder deverá fazer tudo quanto esteja ao seu alcance para manter íntegras as crenças reveladas, para que a salvação das almas não seja ameaçada pelas agressões e o veneno dos sofismas donde emanam as heresias e a irreligião.

Perspectiva esta, é escusado acrescentá-lo, própria de um Cato-cilismo à Syllabus, que não se envergonha de si próprio e seria capaz de estabelecer uma Inquisição (tão lucidamente e corajosamente defendida por Alfredo Pimenta).

Não chegou o autor de «Idade-Média» a viver os nossos deliciosos dias em que os representantes de uma Verdade absoluta acham perfeitamente bem que ela seja achincalhada, desdenhada, agredida, não passando de uma espécie de mercadoria a vender blandiciosamente no balcão das imensas e possíveis escolhas lícitas.

Diante das primeiras amostras da futura vaga de progressivismo delirante, não deixou ele, contudo, de erguer bem alto a sua voz num clamor de protesto, proclamando cada vez com mais intensidade a sua intransigência e a sua intolerância face ao erro e à tese da abdição perante o êrro, que ameaçavam destruir, desde dentro, a Igreja visível.

Um outro ponto que há a acentuar no pensamento de Alfredo Pimenta — e foi uma das constantes da sua doutrinação — é o sentido que o seu tradicionalismo contra-revolucionário sempre teve das afinidades que o uniam aos movimentos fascistas na negação do liberalismo, da democracia e do fruto exacerbado desta última, que é o comunismo.

Alfredo Pimenta sustentou, constantemente, que entre as monarquias autoritárias e os regimes italiano e alemão, mau grado as diferenças, existiam afinidade palpáveis e importantes.

E, sem dúvida, é isso totalmente exacto. Entre a apologia do homem empírico isolado, *ut singuli*, a exaltação de cada um, como valor máximo (ou se não valor máximo porque acima dele se reconhece Deus, atribui-se a Deus, exclusivamente, a tarefa de consagrar o valor do homem) e a ideia que o homem empírico deve submeter-se a qualquer coisa que o ultrapasse, dirija e guie medeia uma linha divisória intransponível. É esta, a nosso ver, a grande dicotomia.

E tanto na contra-revolução tradicionalista como nas revoluções totalitárias, palpita a fundamental convicção de que o homem — o homem de carne e osso — não é um fim em si, antes só vale

alguma coisa se se elevar acima de si próprio, consagrando-se a algo que esteja para além dele — exactamente o contrário do que o demo-liberalismo, personalista ou individualista, e o marxismo, incessantemente ensinam e proclamam.

Alfredo Pimenta acentuou vigorosamente o que tinham de próximo ou comum a contra-revolução e o fascismo, sendo um dos militantes do tradicionalismo que mais desassombrada e bravamente manifestou a sua solidariedade com os vencidos da conflagração mundial de 1939-1945.

Ele não alinhou com o imenso coro dos que, possessos de histeria antinazi, sem qualquer respeito pela verdade histórica, cobriam de calúnias desmedidas e inverosímeis os adversários prostrados.

Corajosamente, quando uma máquina desenfreada de propaganda trombeteava sem cessar, com mais força ainda do que agora, os delitos crimes, os extermínios, as atrocidades, as violências das hostes hitlerianas e mussolinianas, quando antes de qualquer julgamento já se chamavam criminosos aos réus — que por coincidência eram os inimigos vencidos, — preparando-se farsas de justiça, ainda mais bárbaras do que o velho *vae victis*, que, ao menos, era inequívoco e leal, Alfredo Pimenta ergueu-se, com indignação, face ao tartu-fismo, à covardia, à abjecção, à hipocrisia reinantes, tendo palavras nobilíssimas para as condenar e escalpelizar.

Ele honrou-se com belas páginas de homenagem à causa dos que tinham sido esmagados no campo de batalha mas nem por isso deixavam de perfilhar ideologias bem válidas, ainda que perfectíveis.

Na altura em que tantos, no seu campo, entravam no caminho da hesitação, dos compromissos vergonhosos, dos pactos inacreditáveis, glosando com subtileza o «Deus é bom mas o diabo também não é mau», Alfredo Pimenta levantou bem alto o estandarte da firmeza, da dignidade, da ortodoxia, sem olhar a riscos, prejuizos, aborrecimentos, difamações.

Graças lhe sejam dadas eternamente por isso.

António José de Brito